



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

31 de Dezembro de 2023

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto	12
Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio	13
Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 31 de dezembro de 2023 a empresa administrava 45 grupos de consórcios (39 grupos em 31 de dezembro de 2022) com uma base de clientes ativos de 26.626 consorciados (20.780 consorciados ativos 31 de dezembro de 2022) e 15.694 bens entregues (13.112 de bens entregues em 31 de dezembro de 2022).

Eventos Societários

Em 28 de abril de 2023, em reunião de sócios cotistas realizada, foi aprovada a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$5.853, sendo: dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$5.853, tendo sido destinado a RCI Banque a quantia de R\$ 5.849, e a sócia Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda o total de R\$ 4, o montante fora saldado em, 26 de maio de 2023.

Em 05 de maio de 2023, em reunião de diretoria foi aprovada política de ética para a sociedade e em 18 de maio de 2023, foram aprovadas as políticas de Governança, Compliance, Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Sociedade, bem como a política de Auditoria.

Em 24 de julho de 2023, em reunião de diretoria foi aprovada a atualização da política de Segurança Cibernética da Sociedade e o Relatório Anual de Segurança da Informação referente ao exercício social 2022.

Em 28 de julho de 2023, em reunião de diretoria foi aprovada a indicação do Sr. Maick Felisberto Dias como encarregado pelo tratamento de dados pessoais da Sociedade.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$18,589 milhões em 31 de dezembro de 2023, apresentando redução de 0,56% em relação a R\$18,693 milhões em 31 de dezembro de 2022. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$5,749 milhões (31/12/2022 - R\$5,853 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$63,486 milhões (31/12/2022 – R\$43,226 milhões). Desse montante destacamos R\$ 4,711 milhões de Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos no ativo realizável a longo prazo. E R\$ 49,440 milhões de Outros Valores e Bens (31/12/2022 – R\$19,327 milhões). Sendo R\$ 8,611 milhões realizável a curto prazo e R\$ 40,829 milhões realizável a longo prazo, que

correspondem as despesas de comissões pagas antecipadamente, a serem diferidas no prazo dos contratos de consórcios.

Em 31 de dezembro de 2023, o exigível total atingiu R\$ 44,897 milhões (31/12/2022 – R\$ 24,533 milhões), representado, por Outras Obrigações – Fiscais, Previdenciárias e Diferidos no montante de R\$ 3,349 milhões (31/12/2022 – R\$ 575 mil), Receita Antecipada equivalente a R\$ 31,432 milhões (31/12/2022 R\$ 14,246 milhões) e Outras Obrigações – Diversas atingiu R\$ 10,116 milhões (31/12/2022 – R\$9,712 milhões) representadas, principalmente, por acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria foram divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador RCI Banque.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 25 de março de 2024.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores da
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.**
Santana de Parnaíba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2023 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

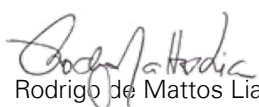
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023	2022
Ativo Circulante		15.794	7.736
Disponibilidades		2.994	561
Aplicações Financeiras de Liquidez		10	9
Títulos e Valores Mobiliários	4	11	7
Livres		11	7
Letras Financeiras do Tesouro	4.a	11	7
Outros Créditos	5	12.779	7.159
Rendas a Receber		3.015	2.432
Outros Valores e Bens	5.a	8.611	4.282
Diversos		1.153	445
Realizável a Longo Prazo		47.370	35.168
Títulos e Valores Mobiliários	4	4.711	18.550
Livres		4.711	18.550
Carteira Própria	4.b	4.711	18.550
Outros Créditos	5	42.659	16.307
Outros Valores e Bens	5.a	40.829	15.045
Diversos		1.830	1.262
Crédito Tributário	6	-	311
Ativo Permanente		322	322
Imobilizado de Uso		322	322
Total do Ativo		63.486	43.226

	Notas Explicativas	2023	2022
Passivo Circulante		8.609	2.224
Outras Obrigações		8.609	2.224
Fiscais e Previdenciárias		698	575
Diversas	7	7.911	1.649
Exigível a Longo Prazo		36.288	22.309
Fiscais Diferidos	6	2.651	-
Receita Antecipada		31.432	14.246
Diversas	7	2.205	8.063
Patrimônio Líquido		18.589	18.693
Capital Social	9.a	7.270	7.270
De Domiciliados no País		5	5
De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265
Reserva de Lucro	9.b	11.319	11.423
Reserva Legal		1.454	1.454
Reserva Especial Lucros		9.865	9.969
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		63.486	43.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		599	1.591	1.988
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		599	1.591	1.988
Receita de Prestação de Serviços		26.274	46.192	33.846
Rendas de taxa de administração de consórcios		26.274	46.192	33.846
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(22.762)	(39.072)	(27.002)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(16.753)	(36.038)	(20.274)
Despesas Tributárias		(4.634)	(6.011)	(1.992)
Provisão Devedores Duvidosos		(48)	(123)	(44)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	11	(1.327)	3.100	(4.692)
Resultado antes da Tributação sobre Lucros		4.111	8.711	8.832
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(449)	(2.962)	(2.978)
Imposto de Renda - Corrente		-	-	(1.595)
Contribuição Social - Corrente		-	-	(583)
Impostos Diferidos		(449)	(2.962)	(800)
Resultado Líquido do Período		3.662	5.749	5.853
Resultado Líquido por Ação - R\$		0,50	0,79	0,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Resultado Líquido do Período	3.662	5.749	5.853
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	3.662	5.749	5.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	7.270	-	8.593	-	15.863
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	5.853	5.853
Distribuição de Dividendos		-	-	(3.023)	-	(3.023)
Transferência para Reserva Legal		-	1.454	(1.454)	-	-
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	5.853	(5.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	7.270	1.454	9.969	-	18.693
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	5.749	5.749
Distribuição de dividendos		-	-	(5.853)	-	(5.853)
Transferência para Reserva de lucro		-	-	5.749	(5.749)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	7.270	1.454	9.865	-	18.589
Saldos em 30 de junho de 2023	9	7.270	1.454	6.203	-	14.927
Resultado Líquido do Semestre		-	-	-	3.662	3.662
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	3.662	(3.662)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	7.270	1.454	9.865	-	18.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Lucro Líquido do Período		3.662	5.749	5.853
Ajuste ao lucro líquido do Semeste/Exercício		892	3.772	1.263
Provisão Devedores Duvidosos		48	123	44
Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias		395	687	419
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		449	2.962	800
Variações de Ativos e Passivos		(3.156)	(1.235)	(3.490)
Redução (Aumento) em Títulos Valores Mobiliários		4.140	13.835	(1.541)
Aumento (Redução) em Outros créditos		(20.896)	(32.095)	(20.655)
Redução (Aumento) em Outras Obrigações		13.600	17.043	20.229
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-	(18)	(1.522)
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais		1.398	8.287	3.583
Pagamento de Dividendos		-	(5.853)	(3.023)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	9.c	-	(5.853)	(3.023)
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades		1.398	2.434	560
Disponibilidades no Início do Semestre/Exercício		1.606	570	10
Disponibilidades no Final do Semestre/Exercício		3.004	3.004	570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023 Exercício	2022 Exercício
Ativo Circulante e não Circulante	-	256.024	223.410
Depósitos Bancários		5.761	3.213
Aplicações Financeiras	14	88.674	74.236
Disponibilidade dos Grupos		4.152	4.743
Vinculado a Contemplações		84.516	69.450
Recursos dos Grupos em Formação		6	44
Outros Créditos		161.580	145.961
Bens Retomados ou Devolvidos		794	344
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	15	160.787	145.617
Diversos		9	-
Compensação	-	1.904.913	1.395.037
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		11.772	8.915
Contribuições Devidas aos Grupos		985.824	725.816
Bens a Contemplar		907.317	660.306
Total do Ativo		2.160.937	1.618.447

	Notas Explicativas	2023 Exercício	2022 Exercício
Passivo Circulante e não Circulante		256.024	223.410
Obrigações com Consorciados		99.040	91.550
Valores a Repassar		12.092	10.674
Contemplações a Entregar		84.554	69.450
Recursos a Devolver a Consorciados		48.579	41.502
Recursos dos Grupos		11.759	10.235
Compensação	-	1.904.913	1.395.037
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		11.772	8.915
Obrigações dos Grupos por Contribuições		985.824	725.816
Bens a Contemplar		907.317	660.306
Total do Passivo		2.160.937	1.618.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Disponibilidades no Início do Exercício	86.399	77.449	71.586
Depósitos Bancários	2.084	3.213	167
Aplicações Financeiras	84.315	74.236	71.419
(+) Recursos Coletados	130.002	241.861	190.827
Contribuições para Aquisição de Bens	86.526	164.002	134.620
Taxa de Administração	30.425	55.244	39.881
Contribuições ao Fundo de Reserva	1.976	4.099	3.000
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.351	8.425	6.956
Multas e Juros Moratórios	467	894	731
Prêmios de Seguros	737	1.303	954
Outros	5.520	7.894	4.685
(-) Recursos Utilizados	(121.966)	(224.875)	(184.964)
Aquisição de Bens	(82.300)	(150.764)	(127.747)
Taxa de Administração	(31.973)	(57.265)	(41.576)
Multas e Juros Moratórios	(231)	(468)	(369)
Prêmios de Seguros	(726)	(1.297)	(1.014)
Devoluções a Consorciados Desligados	(1.679)	(4.137)	(4.441)
Outros	(5.057)	(10.944)	(9.817)
Disponibilidades no Final do Exercício	94.435	94.435	77.449
Depósitos Bancários	761	761	3.213
Aplicações Financeiras	93.674	93.674	74.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio ativos são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Principais normativos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023:

- **Instrução Normativa BCB nº 319 de 4 de novembro de 2022**, revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta instrução normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. (Vide nota explicativa 3 item i)
- **Resolução BCB nº 260, de 22 de novembro de 2022**, dispõe sobre os sistemas de controles internos das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme Art. 13., esta Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, exceto o Art. 10 o qual entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. A Administração da Administradora implementou e aprimorou os controles internos em atendimento a referida resolução.

Principais normativos aplicados em períodos futuros:

- **Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022**, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

- **Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida Resolução revogou a Resolução BCB nº 219, de 30 de março de 2022 e a Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024 os artigos 24, 100 e 101 poderão impactar as demonstrações financeiras do exercício de 2024. O Capítulo IV do Título II que estabelece critérios sobre a contabilidade de hedge entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Os demais dispositivos da referida Resolução passam a vigorar em 1º de janeiro de 2025.
- **Resolução BCB nº 260, de 22 de novembro de 2022**, dispõe sobre os sistemas de controles internos das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 10.
- **Resolução BCB nº 362, de 14 de dezembro de 2023 altera a Resolução BCB 285, de 19 de janeiro de 2023**, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio, o qual revoga a Circular nº 3.432 de 03 de fevereiro de 2009. Conforme Art. 59. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024. A Administradora avaliou os impactos e está tratando as modificações para a devida adequação.
- **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023 altera a Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021**, que dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas do Brasil (Cosif). A Resolução em questão entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.
- **Instruções Normativas BCB nº 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433, de 01 de dezembro de 2023**, definem as rubricas contábeis dos grupos Ativo Realizável, Ativo Permanente, Compensação Ativa, Passivo Exigível, Patrimônio Líquido, Resultado Credor, Resultado Devedor e Compensação Passiva do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Estas instruções entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2024.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

b. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcios, é reconhecida como receita pelo regime de competência. O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foi adotado em cumprimento da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes.

A despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada diferida ao prazo do contrato do cotista. A Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento desta despesa

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

A Administração da Administradora mantém os recursos próprios aplicados em títulos mantidos até o vencimento em letras de câmbio (LC).

Os recursos de grupos encerrados são aplicados em títulos mantidos para o vencimento em letras financeiras do tesouro (LFT) os quais são reconhecidos em contas de compensação conforme a Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021.

e. Despesas Antecipadas

São contabilizadas os recursos de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de consórcios.

f. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

g. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administradora, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

h. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022, revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010. Assim sendo, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB n.º 9/2020, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para as administradoras de consórcio.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,60%
PIS/Pasep (sobre Receitas Financeiras)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (sobre receitas financeiras)	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos (vide nota explicativa 6) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução BCB n.º 15 de 17 de setembro de 2020, e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

k. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

l. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos cotistas, proporcionalmente às respectivas cotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

m. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5,749 (Milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

3.2 Dos grupos de consórcio**a. Disponibilidades e aplicações financeiras**

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	2023	2022
Circulante		
Letras Financeiras do Tesouro (a)	11	7
Realizável Longo Prazo		
Carteira Própria - Letras Cambiais (b)	4.711	18.550
Total	4.722	18.557

(a) São compostas por letras financeiras do tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão em 01 de setembro de 2023 com prazo de vencimento para 01 de setembro de 2024, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

(b) São constituídas por títulos cambiais de liquidação imediata, realizados com partes relacionadas (vide nota explicativa 14) pactuados com taxas pós-fixadas e em condições normais praticadas de mercado. Possuem data de emissão entre 17 de novembro de 2023 e 20 de dezembro de 2023, e prazo de vencimento em dezembro de 2025 e janeiro de 2026, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5 Outros créditos

	2023	2022
Rendas a Receber	3.015	2.432
Outros Valores e bens (a)	49.440	19.327
Diversos	2.983	1.707
Impostos a Compensar	1.360	801
Outros Créditos	1.623	906
Total	55.438	23.466
Circulante	12.779	7.159
Realizável a Longo Prazo	42.659	16.307

- (a) Referem-se as comissões a diferir no prazo dos contratos de consórcio em cumprimento a Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 que revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento das comissões.

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	4.111	8.711	8.831
Adições (a)	49.115	95.712	76.472
Exclusões (b)	(52.904)	(106.893)	(78.827)
Lucro Contábil / Prejuízo Fiscal	322	(2.470)	6.476
Imposto de Renda e Contribuição Social	(449)	(2.962)	(2.978)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(449)	(2.962)	(800)
IRPJ/CSLL sobre Diferenças Temporárias	(1.289)	(3.802)	(800)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	840	840	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	-	(2.178)

- (a) Referem-se a provisões e despesas não dedutíveis.
- (b) Contemplam as reversões de provisões e receitas não tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administradora reconheceu prejuízo fiscal e base negativa de CSLL o montante de R\$ 2.470 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Sendo constituído um ativo fiscal diferido no montante de R\$ 840 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

A Administradora constituiu créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.779 em 31 de dezembro de 2022), bem como débitos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias no montante de R\$ 6.133 (R\$ 2.468 em 31 de dezembro de 2022).

Totalizando um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 2.651 (R\$ 311 de ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2022).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do período antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos/Débitos Tributários	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para Despesas com Comissões	1.920	7.349	(9.269)	-
Provisão para Serviços de Consórcio	4.560	11.755	(10.924)	5.391
Provisão para Contingências	1.495	1.897	(1.210)	2.182
Outros	198	121	(121)	198
Efeito CPC 47	(7.258)	15.669	(26.449)	(18.038)
Total Base dos Créditos/Débitos Tributários	915	36.791	(47.973)	(10.267)
Imposto de Renda Diferido (25%)	229	9.198	(11.994)	(2.567)
Contribuição Social Diferido (9%)	82	3.310	(4.316)	(924)
Total de Créditos/Débitos Tributários sobre Diferenças Temporárias	311	12.508	(16.310)	(3.491)
Ativo Fiscal Diferido (vide b)	2.779	7.181	(7.318)	2.642
Passivo Fiscal Diferido	(2.468)	5.327	(8.992)	(6.133)
(+) Créditos Tributários / (-) Débitos Tributários	311	12.508	(16.310)	(3.491)
Prejuízo Fiscal (vide b)				
Imposto de Renda Diferido (25%)	-	618	-	618
Contribuição Social Diferido (9%)	-	222	-	222
Total de Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal	-	840	-	840
Ativo Fiscal Diferido	2.779	8.021	(7.318)	3.482
Passivo Fiscal Diferido	(2.468)	5.327	(8.992)	(6.133)
(+) Créditos Tributários / (-) Débitos Tributários	311	13.348	(16.310)	(2.651)

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2023, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

Diferenças Temporárias	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2024	1.841	1.647
2025 - 2027	801	717
Total	2.642	2.364

Prejuízo Fiscal	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2027	21	19
Acima de 5 anos	819	733
Total	840	752

O valor presente fora calculado mediante estimativa da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2023 correspondente a 11,75%.

7 Outras obrigações - Diversas

	2023	2022
Recursos a Devolver a Consorciados (a)	3	3
Credores Diversos - País (b)	1.966	265
Provisão para Riscos Cíveis (Vide NE nº 8)	2.182	1.494
Provisão para Comissões (c)	336	1.920
Provisão para Serviços de Terceiros (d)	5.390	4.559
Outros (e)	239	1.471
Total	10.116	9.712

Circulante	7.911	1.649
Exigível a Longo Prazo	2.205	8.063

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156. Os Recursos Não Procurados Totais para o exercício de 31 de dezembro de 2023 equivale a R\$ 1.486 (31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 1.595), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar dos grupos encerrados.
- (c) Representam provisões com comissões pendentes de emissão de notas fiscais.
- (d) Representam provisões para terceirização de administração de grupos de consórcios.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior, provisões sobre salários e auditoria externa.

8 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2023, a Administradora constituiu provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

	2023 Exercício			2022 Exercício		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	1.492	2	0	1.026	48	0
Constituição	1.544	353	0	1.950	2	-
Reversão	(1.209)	-	-	(1.484)	(48)	-
Saldo Final	1.827	355	0	1.492	2	0
Quantidade	86	6	0	77	1	-

A Administradora possui em 31 de dezembro de 2023, outras 185 ações cíveis (155 em 2022) e 01 trabalhista (03 em 2022), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 4.390 (R\$ 3.617 em 2022) e R\$ 76 (R\$ 123 em 2022), respectivamente.

9 Capital social

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No exercício de 31 de dezembro de 2023, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$ 5.749 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 9.865.

A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 1.454.

c. Dividendos

A Administradora deliberou em 26 de abril de 2023, em reunião de sócios cotistas, a distribuição de R\$ 5.853 como dividendos referentes ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$5.853, saldados em 26 de maio de 2023.

	Dividendos
De Domiciliados no País	4
De Domiciliados no Exterior	5.849
Total Distribuído	5.853

10 Despesas gerais e administrativas

	2023	2023	2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com Comissões (a)	(10.734)	(17.475)	(8.829)
Despesas de Serviços Técnicos (b)	(3.118)	(12.639)	(6.693)
Propaganda e Publicidade	(921)	(1.307)	(1.390)
Serviços Administrativos	(555)	(1.908)	(1.554)
Despesas com Pessoal	(239)	(418)	(258)
Outras Despesas Administrativas (c)	(1.186)	(2.291)	(1.550)
Total	(16.753)	(36.038)	(20.274)

- (a) Representam as despesas com comissões de representantes de vendas.
- (b) Representados por despesas com terceirização de consórcios, despesas com informática, auditoria externa, despesas com gravames, assessoria e consultoria.
- (c) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, processamento de dados e despesas legais e judiciais.

11 Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2023	2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de Provisão para Serviços Prestados (a)	(3.403)	(831)	(4.314)
Resultado de Provisão de Comissões (b)	2.485	4.405	(167)
Resultado de Variações Monetárias	(6)	99	66
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(395)	(688)	(419)
Multa/Juros Impostos, Contribuições	(2)	(18)	(23)
Resultado com Grupos de Consórcio	-	78	167
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6)	55	(2)
Total	(1.327)	3.100	(4.692)

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa o resultado de provisão de comissões destinada a representantes de vendas, conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual permite o diferimento destas despesas visto que refere-se a custo incremental para a obtenção do contrato e que deve ser reconhecido ao resultado mediante ao cumprimento da obrigação de performance para com a contraparte.

12 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Banque.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

	Ativo/Passivo		Receita/Despesa	
	2023 Exercício	2022 Exercício	2023 Exercício	2022 Exercício
Títulos e Valores Mobiliários	4.711	18.550	1.591	1.988
Banco RCI Brasil S.A. (a)	4.711	18.550	1.591	1.988
Diversos	751	-	-	-
RCI Banque S.A. (c)	751	-	-	-
Outras Obrigações - Diversas	151	1.402	(2.226)	(2.202)
Banco RCI Brasil S.A. (a)	24	54	(502)	(690)
DIAC S.A. (b)	127	194	(161)	(199)
RCI Banque S.A. (c)	-	1.155	(1.563)	(1.312)

- (a) Despesas de consultoria destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora.

13 Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos de consórcio são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, são compostos apenas pelo segmento 3 – veículos automotores, estão demonstrados no quadro abaixo:

	2023 Exercício	2022 Exercício
Grupos Administrados	45	39
Consorticiados Ativos	26.626	20.780
Bens Entregues no Período	2.582	2.259
Bens Entregues Totais	15.694	13.112
Bens Pendentes de Entrega	1.672	1.454
Desistentes e Excluídos Totais	59.545	49.238
Desistentes e Excluídos no Período	12.864	9.671
Taxa de Inadimplência	6,68%	5,46%

Valores expressos em quantidades, exceto pela taxa de inadimplência a qual está em percentual (%).

14 Aplicações financeiras - Grupos

	2023 Exercício	2022 Exercício
Cotas de Fundo de Investimento – DI	88.674	74.236
Total	88.674	74.236

Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2023	2022
	Exercício	Exercício
Curso Normal	150.134	139.593
Em Atraso	3.543	3.134
Em Cobrança Judicial	7.109	2.890
Total	160.787	145.617

16 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

* * *

DIRETORIA**Diretor Presidente**

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP 155421/O-0